

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO SOBRE O NÍVEL DE POBREZA NO BRASIL (DE 2012 A 2022)

Débora da Silva Antonio

Graduada em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e mestranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PCE) da UEM.

E-mail: debora.silva.antonio1@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0004-3360-1010>

Ana Cristina Lima Couto

Graduada e mestra em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora associada do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PCE) da UEM.

E-mail: aclcouto@uem.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8401-5909>

Como citar este artigo: Antonio, D. da S., & Couto, A. C. L. (2024). O Programa Bolsa Família: Uma análise do impacto sobre o nível de pobreza no Brasil (de 2012 a 2022). *Revista de Economia Mackenzie*, 21(2), 13-39. doi:10.5935/1808-2785/rem.v21n2p.13-39

Recebido em: 17/2/2024

Aprovado em: 10/8/2024



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

Resumo

A pobreza é um problema persistente no Brasil, e, sendo o Programa Bolsa Família (PBF) uma das principais políticas de transferência de renda que visa aliviar a pobreza no país, o presente estudo analisa o impacto do PBF sobre a pobreza no Brasil no período de 2012 a 2022 por meio do modelo de dados em painel para as 27 unidades da Federação. Verificou-se que os repasses dos programas de transferência de renda têm um impacto modesto na redução da pobreza, enquanto a diminuição da desigualdade e o crescimento econômico exercem uma influência mais substancial sobre a pobreza. Com base nisso, é possível concluir que políticas focadas na diminuição da desigualdade e no aumento da renda têm uma contribuição mais efetiva para diminuir a pobreza do que políticas de transferência de renda como o PBF.

Palavras-chave: Crescimento econômico; desigualdade de renda; pobreza; políticas de transferência de renda; Programa Bolsa Família.

Classificação JEL: I32, I38.

INTRODUÇÃO

As políticas de transferência de renda são uma das estratégias mais utilizadas para combater a pobreza e reduzir a desigualdade de renda. Essas políticas visam fornecer assistência financeira direta a indivíduos e famílias de baixa renda, com o objetivo de ajudá-los a suprir suas necessidades básicas. No Brasil, uma das principais políticas de transferência de renda é o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, cujo objetivo imediato é a redução da pobreza e da desigualdade social.

Entretanto, a persistência de altos índices de pobreza evidencia a necessidade de analisar o impacto efetivo do PBF no cenário nacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), com mais de 63 milhões de brasileiros vivendo em condições de pobreza no ano de 2022, ou seja, cerca de 29,5% da população vivendo com menos de R\$ 606,00 mensais e em torno de 23 milhões em extrema pobreza, com menos de R\$ 303,00 mensais¹, torna-se essencial compreender o impacto do programa.

1 Considerando-se, respectivamente, as linhas de pobreza de meio e um quarto do salário mínimo de renda domiciliar *per capita*.

A pobreza é um problema multifacetado e está relacionado à falta de acesso a serviços básicos de qualidade, à dificuldade de acesso a empregos remunerados e à incapacidade de garantir oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. A questão assume ainda maior importância com a pandemia de Covid-19 e com as políticas implementadas durante esse evento, como o Auxílio Emergencial e as alterações no PBF, evidenciando a necessidade de avaliar a efetividade dessas intervenções.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o impacto do PBF sobre a taxa de pobreza no Brasil entre 2012 e 2022. Além disso, explora-se a relação entre pobreza, desigualdade e crescimento econômico a fim de verificar o efeito do PBF em comparação com o efeito da desigualdade e do crescimento econômico. A hipótese deste estudo é que o PBF desempenha um papel importante, porém insuficiente, na redução dos índices de pobreza no Brasil. Ademais, com o aumento no valor do benefício desde 2022, espera-se encontrar um impacto maior do programa sobre o nível de pobreza no período de 2020 a 2022. Utilizaram-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) dos anos de 2012 a 2022, e o método de estimação adotado foi o modelo de dados em painel aplicado às 27 unidades da Federação (UF) brasileira a fim de captar a heterogeneidade existente entre elas.

Este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, realizou-se uma revisão bibliográfica abordando o conceito de pobreza, a relação entre pobreza, desigualdade e crescimento econômico, e a importância do PBF. A segunda seção trata da metodologia. Por fim, a terceira seção apresenta uma análise descritiva dos dados, bem como os resultados da estimação econométrica.

1

ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE A RELAÇÃO DA POBREZA COM A DESIGUALDADE DE RENDA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

■ 1.1 O conceito de pobreza

Para Rocha (2006), pobreza é uma situação de privação em que as necessidades mais básicas dos indivíduos não são atendidas devido à falta de recursos. A pobreza pode ser classificada de duas formas: absoluta e relativa. O conceito de pobreza absoluta está ligado à sobrevivência física, em que se define um valor de renda *per capita* abaixo do qual se considera que uma pessoa ou família não tem recursos suficientes para atender às suas necessidades básicas. Já a pobreza relativa envolve a privação de necessidades que são comuns na sociedade em que se vive, ou seja, é um conceito que identifica pessoas “relativamente pobres” mesmo quando todos já são contemplados pelo mínimo necessário.

Kageyama e Hoffmann (2006) definem a pobreza como algum tipo de privação, seja material, cultural ou social, que pode ser absoluta, relativa ou subjetiva: a pobreza absoluta ocorre quando se tem menos do que um mínimo definido, em geral, por uma linha de pobreza; a pobreza relativa ocorre quando uma pessoa tem menos do que outras que vivem no mesmo ambiente; e a pobreza subjetiva ocorre quando os indivíduos têm o sentimento de que não possuem recursos suficientes para ter uma vida adequada (Hagenaars & De Vos, 1988 como citado em Kageyama & Hoffmann, 2006).

Dessa forma, a pobreza não envolve apenas a provação de recursos financeiros. Para Santos et al. (2015, p. 365), “ser pobre, objetivamente, é ser privado de direitos; é ter liberdade reduzida; é não ter opções de vida e não poder fazer escolhas”. De acordo com Silva (2007, p. 1430),

[...] a pobreza apresenta dimensões histórica, econômica, social, cultural e política; é complexa e multidimensional; é essencialmente de natureza estrutural, sendo, portanto, mais que insuficiência de renda. É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política.

Assim, a pobreza também envolve privação de outros fatores, como acesso a serviços básicos (água, saneamento, energia elétrica, moradia, saúde, educação). Ela está associada à exclusão social, à discriminação e à violência. Por isso, a pobreza é um problema complexo que demanda uma abordagem que leve em conta várias dimensões.

De acordo com IBGE (2022), são duas as principais abordagens para medir a pobreza: a monetária e a multidimensional. A pobreza monetária refere-se à falta de rendimentos que possam garantir qualidade de vida a uma família, sendo avaliada por meio de linhas de pobreza² estabelecidas com base em critérios monetários. Já a pobreza multidimensional inclui outras dimensões além da renda, como acesso à educação, à saúde, à moradia, entre outras. Para mensurá-la, há indicadores monetários e não monetários que permitem analisar de forma ampliada as condições de vida da população.

As diferenças entre a abordagem multidimensional da pobreza e a abordagem tradicional da linha de pobreza, segundo Rocha (2006), se devem a três aspectos essenciais. Em primeiro lugar, a visão multidimensional não considera apenas a privação de renda; ela inclui aspectos relacionados à qualidade de vida, não se limitando exclusivamente à falta de recursos financeiros. Em segundo lugar, essa abordagem estabelece metas gerais de bem-estar que devem ser alcançadas por todos e não apenas para uma subpopulação considerada pobre. Em terceiro lugar, dada a natureza multidimensional da pobreza, destaca-se a importância de políticas que atuem de forma a minimizar os diversos tipos de privação que afetam a vida das pessoas.

Contudo, a abordagem monetária é amplamente empregada em inúmeros estudos devido à facilidade na obtenção de dados e na definição de critérios monetários. A renda é frequentemente utilizada como indicador para definição das linhas de pobreza. Rocha (2006) argumenta que a renda está intrinse-

2 Segundo Barros et al. (2000), uma linha de pobreza é um critério usado por uma sociedade para identificar como pobres todos os indivíduos que possuem renda abaixo desse valor.

camente ligada aos indicadores de bem-estar físico, pois ela permite acessar inúmeros bens e serviços que fornecem qualidade de vida às pessoas. A abordagem monetária facilita o monitoramento da pobreza ao longo do tempo e em diferentes contextos socioeconômicos.

No Brasil não há uma linha oficial de pobreza. É muito comum utilizar as linhas de pobreza administrativas para identificar os beneficiários de programas sociais, como o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o CadÚnico, sendo fundamentais para delimitar a população elegível para esses programas. O quantitativo e o percentual de pobres variam a depender da medida adotada.

Segundo o critério adotado pelo CadÚnico, de até meio salário mínimo *per capita*, 29,5% da população era considerada pobre em 2022, o que equivale a pouco mais de 63 milhões de pessoas. Já o BPC adota uma linha de concessão de um quarto do salário mínimo, e, segundo essa linha, o Brasil possuía uma taxa de extrema pobreza de 10,7%, ou seja, cerca de 23 milhões de pessoas. No caso do Auxílio Brasil, eram consideradas pobres as famílias com renda familiar *per capita* de até R\$ 210,00 e extremamente pobres até R\$ 105,00. De acordo com essa linha, o Brasil tinha 5,9 milhões de extremamente pobres e 13,8 milhões de pobres nesse ano, o que em termos percentuais equivale a 6,5% e 2,8%, respectivamente. Ainda há as linhas de pobreza definidas pelo Banco Mundial³. Desse modo, a proporção de pobres varia muito em função da linha de pobreza adotada (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome [MDS], 2024).

■ 1.2 Relação entre pobreza e desigualdade

O alto grau de pobreza que prevalece no Brasil se deve à estrutura de desigualdade que caracteriza o país. Segundo Barros et al. (2000), essa desigualdade se manifesta tanto na distribuição desigual de renda quanto de oportunidades econômicas e sociais, favorecendo a perpetuação da pobreza. A interligação entre pobreza e desigualdade é evidente, como apontado por Santos et al. (2015), e essa relação é particularmente relevante no contexto brasileiro, em que esses problemas coexistem. Portanto, esses temas devem ser tratados em conjunto.

3 Para maiores detalhes, ver IBGE (2023).

Nesse sentido, a análise das desigualdades sociais, conforme mencionado por Costa (2019), está ligada às disparidades nas oportunidades individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados. Essas disparidades, que afetam aspectos da vida como educação, saúde e emprego, contribuem para a manutenção da pobreza e reforçam um ciclo vicioso da pobreza entre gerações. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU), publicados em 2016, revelam que mais de 70% das pessoas extremamente pobres no Brasil são negras, destacando um problema racial na questão da pobreza. Além disso, 64% dos extremamente pobres não concluíram a educação básica, e 80% dos analfabetos brasileiros também são negros, mostrando forte associação entre pobreza, cor e acesso à educação (Chade, 2016). A desigualdade também se reflete no mercado de trabalho em relação a questões de gênero e cor, visto que as mulheres ganham apenas 62% do valor dos rendimentos dos homens, e os brancos ganhavam o dobro dos negros em 2015 (Georges & Maia, 2017).

A desigualdade também pode ser de oportunidades. Por exemplo, segundo Bellù e Liberati (2006 como citado em Maghous, 2022), a ausência de renda pode dificultar o acesso à educação, limitando as possibilidades de mobilidade social dos mais pobres. Além disso, segundo Fagnani (2018), a concentração da estrutura de propriedade, a apropriação desigual do espaço urbano, a injustiça tributária e as diferenças no mercado de trabalho são exemplos de diferentes tipos de desigualdades socioeconômicas.

■ 1.3 Relação entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza

A relação entre crescimento econômico, desigualdade de renda e pobreza é central tanto do ponto de vista econômico como de política pública. Esse tema tem sido objeto de estudos acadêmicos especialmente no Brasil, onde a pobreza é alta e persistente. Existe forte associação entre crescimento econômico e redução da pobreza, o que pode estar relacionado com a teoria do “bolo maior para todos”⁴, sugerindo que um aumento geral da renda promoverá melhorias nas condições de vida da população e, conseqüentemente, reduzirá a pobreza. Essa relação entre crescimento econômico e pobreza é corroborada por estudos como

4 Segundo Cupertino (1977 como citado em Rebouças, 2019), as lideranças políticas e elites econômicas brasileiras tinham um forte comprometimento ideológico com a “teoria do bolo”, que foi resumida pelo ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen em um artigo. Ele argumentou que era necessário aguardar o crescimento do bolo econômico antes de distribuir riqueza, em vez de buscar soluções distributivas prematuras, que seriam prejudiciais ao desenvolvimento futuro.

os de Marinho et al. (2011), que afirmam que o crescimento econômico ajuda a reduzir a pobreza desde que haja expansão do número de empregos e aumento de salários reais dos trabalhadores.

Assim, um dos principais canais pelos quais o crescimento econômico beneficia os pobres é quando este cria empregos, pois as empresas tendem a contratar mais trabalhadores, reduzindo assim o desemprego e proporcionando renda para aqueles que estavam desempregados. Além disso, o crescimento econômico geralmente se traduz em aumento dos salários reais, melhorando diretamente o poder de compra da população e contribuindo para a redução da pobreza. No entanto, ressalta-se que há situações em que o crescimento econômico se dá por meio de tecnologias poupadoras de mão de obra, o que não teria efeitos reais no mercado de trabalho, sobretudo dos mais pobres.

Vale ainda mencionar que há casos em que o crescimento econômico não reduz a pobreza de modo substancial, especialmente em países com altos níveis de desigualdade de renda, onde o crescimento econômico pode ser concentrador, beneficiando desproporcionalmente os estratos mais ricos da sociedade. Um exemplo ocorreu no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, período de alto crescimento econômico, no entanto a pobreza persistiu (Marinho et al., 2011). Isso indica que outros fatores, como a distribuição de renda e a qualidade do crescimento, são cruciais na determinação dos impactos do crescimento econômico sobre a pobreza.

Dessa forma, a desigualdade de renda pode influenciar na relação entre crescimento econômico e pobreza. Desde que a renda gerada pelo crescimento econômico seja desigualmente distribuída, os benefícios de tal crescimento ficam limitados a poucos estratos da sociedade. Isso ocorre porque, de modo geral, a maior parte dos benefícios do crescimento econômico tende a ser absorvida pelos mais ricos, muitas vezes não mudando em nada a condição de pobreza das pessoas. Portanto, a desigualdade de renda pode mitigar os impactos positivos do crescimento econômico na redução da pobreza.

Estudos empíricos, como o de Ravallion e Chen (1997 como citado em Castelar et al., 2013), apontam que, em países onde a desigualdade é alta, o crescimento econômico tem impacto muito limitado sobre a redução da pobreza. Portanto, o crescimento econômico tende a ser concentrador, beneficiando os mais ricos em detrimento dos estratos mais pobres.

Barros et al. (2007) afirmam que a desigualdade de renda é um fator que pode limitar a eficácia do crescimento econômico na redução da pobreza no Brasil. Embora os autores reconheçam que a redução da desigualdade de ren-

da vem contribuindo para diminuir a pobreza e melhorar as condições de vida dos mais pobres, ela ainda continua extremamente elevada, sobretudo na comparação internacional. Portanto, para combater efetivamente a pobreza no Brasil, uma abordagem que combine políticas de crescimento econômico associadas às políticas de redistribuição de renda é essencial.

■ 1.4 Programas de transferência de renda e o combate à pobreza

A relação entre a pobreza e os programas de transferência de renda é uma temática amplamente explorada na literatura econômica e social. Tais programas assumem um papel crucial como ferramentas de intervenção estatal na economia, com o objetivo de reduzir a pobreza e combater as disparidades sociais por meio da alocação de recursos monetários aos menos favorecidos. Esse processo promove o aumento das receitas das famílias em situação de vulnerabilidade e, simultaneamente, pode reduzir as discrepâncias entre os segmentos de renda mais alta e mais baixa da sociedade.

No cenário atual, os principais programas de transferência de renda com enfoque assistencial são o Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC-Loas) e o Bolsa Família (BF). O BPC é uma forma de transferência de renda que não requerer condicionalidades, que visa beneficiar indivíduos inválidos ou idosos com 65 anos ou mais, cuja renda *per capita* familiar seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo nacional. Esse benefício corresponde ao pagamento mensal de um salário mínimo (Lei nº 14.601, 2023; MDS, 2024).

Por sua vez, o PBF foi criado em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da junção de quatro programas preexistentes: Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. Diferentemente de tais programas, o BF transfere renda de forma direta com condicionalidades, visando combater a pobreza no curto prazo, bem como no longo prazo. O PBF procura estimular o desenvolvimento do capital humano das gerações futuras por meio de exigibilidade, tais como a frequência escolar mínima das crianças e dos adolescentes para que as famílias não percam direito ao benefício (Souza et al., 2019).

Segundo Rocha (2011), o objetivo do programa é proporcionar, no curto prazo, alívio às famílias pobres e, ao mesmo tempo, investir em educação a fim de combater um dos fatores associados à pobreza que é o baixo nível de formação escolar dos pobres, sobretudo dos mais jovens. Dessa forma, pretende agir

sobre as causas estruturais da pobreza para reduzi-la no futuro, rompendo o ciclo vicioso da pobreza. Além disso, o programa foca um subconjunto de famílias pobres, reduzindo a quantidade de beneficiários e amenizando os problemas de financiamento e gestão do programa, tornando-o mais eficiente.

Nesse contexto, os programas de transferência de renda condicionais têm sua formulação e implementação baseadas no reconhecimento de que as famílias pobres enfrentam custos para manter seus filhos na escola, devido à renda extremamente baixa e instável. Desse modo, tais famílias precisam da mão de obra de suas crianças e adolescentes para gerar renda. Ademais, a baixa escolaridade das famílias pobres dificulta a obtenção de renda. Esses fatores contribuem para a perpetuação do ciclo vicioso da pobreza intergeracional, resultando na continuidade da pobreza no presente e no futuro (Silva, 2005).

Conforme o IBGE (2023), os benefícios de programas sociais no Brasil representaram apenas 3,0% do rendimento total domiciliar em 2022. Entretanto, para as famílias com renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo, esses benefícios corresponderam a 44,3% do rendimento total no mesmo período. Em domicílios com renda *per capita* entre um quarto e meio salário mínimo, os benefícios sociais corresponderam a 17,0%, superando a contribuição de aposentadorias e pensões. Portanto, mesmo sendo um valor irrisório, os benefícios são de extrema importância entre os mais pobres.

2 METODOLOGIA

Foi estimado um modelo de regressão que tem como objetivo medir o impacto das transferências de renda do PBF, da desigualdade de renda e da renda média domiciliar *per capita* sobre a proporção de pobres. Utilizou-se o modelo de dados em painel, que é uma combinação de dados de corte e séries temporais. Consideraram-se as 27 UF, e o período analisado se refere aos anos de 2012 a 2022. Existem diferentes especificações de estimação com dados em painel. Gujarati e Porter (2011) citam: 1. mínimos quadrados ordinários empilhados (*pooled data*); 2. efeitos fixos; e 3. efeitos aleatórios. O modelo de dados empilhados é utilizado quando não há heterogeneidade entre as unidades de observação. Os modelos de efeitos fixos e aleatórios, por sua vez, captam a heterogeneidade das unidades de corte pelo intercepto ou pelos termos de erro, respectivamente⁵.

5 Para maiores detalhes sobre o modelo de dados em painel, ver Gujarati e Porter (2011).

Os dados foram obtidos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do MDS e da PNADC do IBGE. Utilizou-se o fator de expansão da amostra disponibilizado pela PNADC. A taxa de pobreza foi calculada com base na linha de pobreza de meio salário mínimo de renda efetiva domiciliar *per capita*. Esta também foi utilizada como *proxy* para o crescimento econômico. Espera-se uma relação inversa entre essa variável e a taxa de pobreza. Todos os valores monetários foram atualizados pelo INPC acumulado de 2022.

A desigualdade foi medida pelo coeficiente de Gini, que varia entre 0 e 1. Quanto mais perto de zero, menor a desigualdade. Espera-se uma relação positiva entre essa variável e a taxa de pobreza, pois, conforme destacado, a desigualdade de renda é um dos principais fatores que impedem a transformação efetiva do crescimento econômico em redução da pobreza (Barros et al., 2007). A análise do impacto do PBF considerou o montante total dos recursos repassados pelo governo às famílias beneficiárias.

Durante os anos de 2020 e 2021, em resposta à pandemia de Covid-19, o governo implementou o Auxílio Emergencial, o qual substituiu o PBF para determinados grupos familiares. No final de 2021, o PBF foi substituído pelo programa Auxílio Brasil, ocasionando alterações nas regras e nos valores referentes à concessão do benefício. Nesse contexto, foi criada a variável *transf* para abranger a soma total dos recursos transferidos por meio dos programas BF, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil. Espera-se encontrar uma relação negativa entre o valor total dos repasses e a taxa de pobreza, devido ao aumento da renda proporcionado pelos benefícios. A Tabela 1 resume as variáveis utilizadas nesse trabalho.

Tabela 1

Variáveis utilizadas

Variável	Descrição	Medida	Sinal esperado	Fonte
p	Taxa de pobreza, com base na linha de meio salário mínimo	%	-	IBGE
rdpc	Rendimento (efetivo) domiciliar <i>per capita</i>	R\$	Negativo	IBGE
transf	Total dos repasses do PBF, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil	R\$	Negativo	MDS
gini	Coeficiente de Gini	De 0 a 1	Positivo	Ipea

Fonte: Elaborada pelas autoras.

As variáveis foram logaritimizadas para captar o efeito dos regressores sobre a taxa de pobreza em termos de elasticidade:

$$lP_{it} = \beta_{1i} + \beta_2 lrdpc_{it} + \beta_3 ltransf_{it} + \beta_4 lgini_{it} + \mu_{it}, \quad (1)$$

em que lP é o logaritmo da taxa de pobreza; $lrdpc$, o logaritmo da renda domiciliar efetiva *per capita*; $ltransf$, o logaritmo do valor total dos repasses do PBF, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil; e $lgini$, o logaritmo do coeficiente de Gini. Ressalta-se que todas as estimações foram feitas com o *software* Stata 14.

3

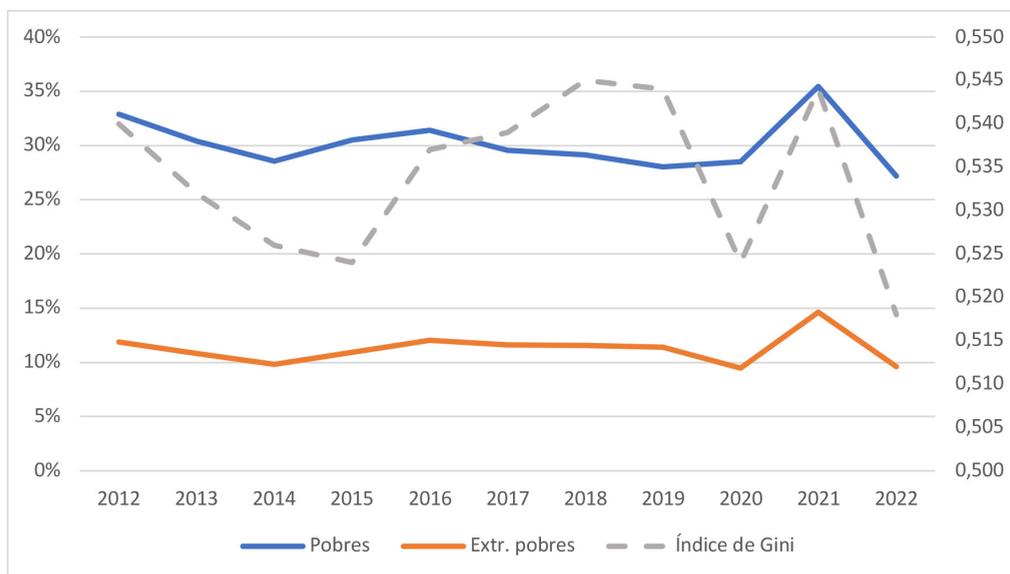
A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A POBREZA NO BRASIL

■ 3.1 Análise descritiva

Os dados do índice de Gini e das taxas de pobreza e extrema pobreza no Brasil, entre os anos de 2012 e 2022, mostram uma trajetória marcada por flutuações significativas influenciadas pelas políticas públicas, conjunturas econômicas e eventos externos. Conforme mostra a Figura 1, inicialmente, entre 2012 e 2014, houve redução notável nas taxas de pobreza e extrema pobreza, refletindo políticas sociais implementadas e um cenário econômico mais favorável. Contudo, essa tendência foi interrompida em 2015 e 2016, possivelmente devido às crises política e econômica da época, já que entre 2017 e 2019 houve declínio nas taxas. No entanto, mesmo com o declínio da pobreza, o índice de Gini subiu consideravelmente nesse período.

Figura 1

Proporção de pobres e extremamente pobres versus índice de Gini – Brasil: de 2012 a 2022



Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da PNADC.

Destaca-se o ano de 2020, marcado pela pandemia de Covid-19 e pelo Auxílio Emergencial. Nesse período, as taxas de pobreza se mantiveram estáveis, enquanto a extrema pobreza diminuiu (1,91 p.p.), assim como o índice de Gini, que caiu 0,020 pontos. Essa dinâmica pode ser atribuída em parte aos impactos do Auxílio Emergencial, que aliviou a vulnerabilidade de muitos brasileiros.

No entanto, em 2021, houve um retrocesso, e a pobreza e a extrema pobreza aumentaram significativamente (6,95 p.p. e 5,16 p.p., respectivamente), possivelmente como resultado do término do Auxílio Emergencial nesse ano e posterior retomada com um valor menor, somado aos efeitos prolongados da crise sanitária. O retorno do índice de Gini ao patamar de 2019 reforça a correlação entre a redução da pobreza e a distribuição de renda, destacando a importância das políticas de transferência de renda na redução das desigualdades.

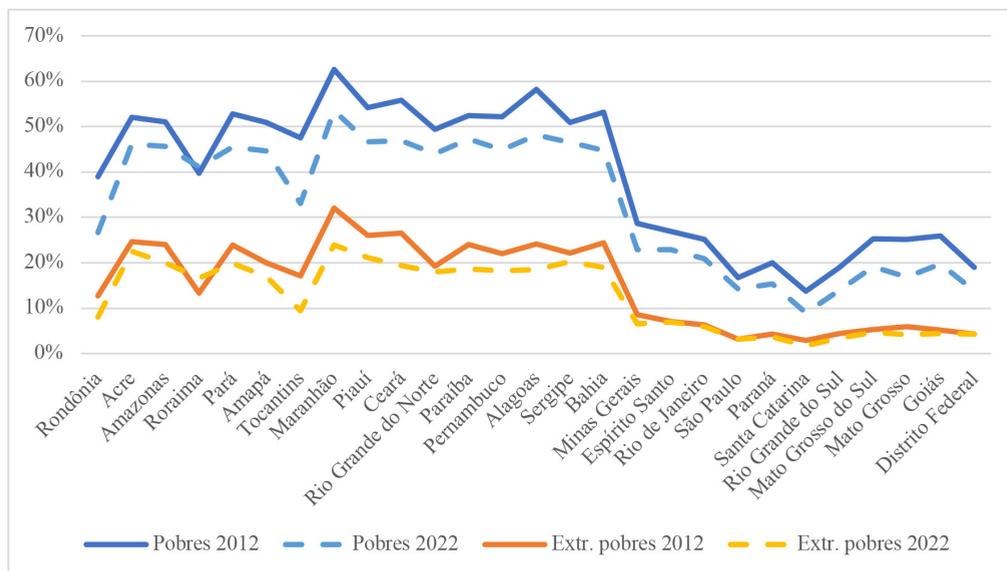
É crucial mencionar a implementação do programa Auxílio Brasil no final de 2021, substituindo o BF, juntamente com ajustes nas políticas de assistência social e no valor dos benefícios. Esse contexto, aliado à retomada da economia, refletiu-se na queda acentuada nas taxas de pobreza e extrema pobreza em 2022 (8,26 p.p. e 5,04 p.p., respectivamente). Além disso, com a queda de 0,026 ponto, o índice de Gini atingiu seu menor valor no período (0,518), evidenciando a estreita relação entre as medidas de combate à pobreza e a diminuição das disparidades de renda.

O estudo das taxas de pobreza e extrema pobreza nas UF brasileira entre os anos de 2012 e 2022 revela algumas nuances na dinâmica socioeconômica. As estatísticas indicam uma tendência geral de redução desses índices, embora com disparidades regionais (Figura 2). O estado de Roraima é uma exceção, apresentando um aumento de 1,41 p.p. na proporção de pobres e de 3,35 p.p. na extrema pobreza, o que requer uma investigação mais profunda para compreender os fatores locais que influenciaram esse cenário, possivelmente relacionados a eventos específicos ou dinâmicas socioeconômicas locais.

O Maranhão e Alagoas se mantiveram como os estados com as maiores taxas de pobreza em ambos os anos analisados (53,5% e 48,2%, respectivamente, em 2022), demonstrando um desafio persistente nesses estados para erradicação da pobreza. No entanto, nota-se que o Maranhão teve a maior redução extrema pobreza (8,11 p.p.), sinalizando um progresso relevante.

Figura 2

Proporção de pobres e extremamente pobres por UF – 2012 e 2022



Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da PNADC.

Tocantins destaca-se com a maior redução de pessoas em situação de pobreza (14,5 p.p.), seguido por Rondônia (12,3 p.p.), evidenciando questões regionais que podem ter sido eficazes para essa redução e que podem servir de referência para outras UF.

Os estados de Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul mantiveram consistentemente as menores taxas de pobreza e extrema pobreza, já que Santa Catarina apresentou a menor taxa de pobres e extremamente pobres nesse período (respectivamente 14% e 3,0% em 2012, e 9% e 2% em 2022). Ainda, é possível verificar que houve certa estabilização na proporção de extremamente pobres nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Porém, ressalta-se que essas regiões possuem as menores taxas comparadas às demais regiões do país.

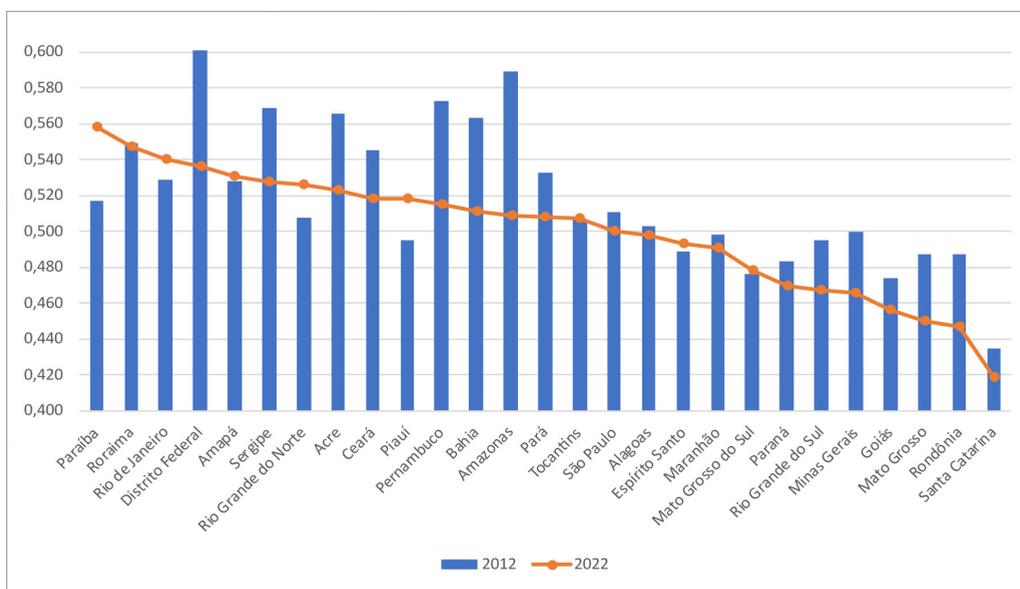
Dessa forma, os dados evidenciam as disparidades regionais enfrentadas no país. Norte e Nordeste são as regiões mais afetadas pela pobreza e extrema

pobreza, demandando políticas mais focalizadas e abrangentes para mitigar tais condições.

A análise do índice de Gini nas UF entre os anos de 2012 e 2022 revela tendências distintas, apontando mudanças na distribuição de renda (Figura 3). Observa-se uma tendência geral de redução na desigualdade de renda na maior parte dos estados do país. Contudo, é notório que algumas UF apresentaram aumento nesse índice, sugerindo um cenário de aprofundamento das disparidades socioeconômicas.

Figura 3

Índice de Gini por UF – 2012 e 2022



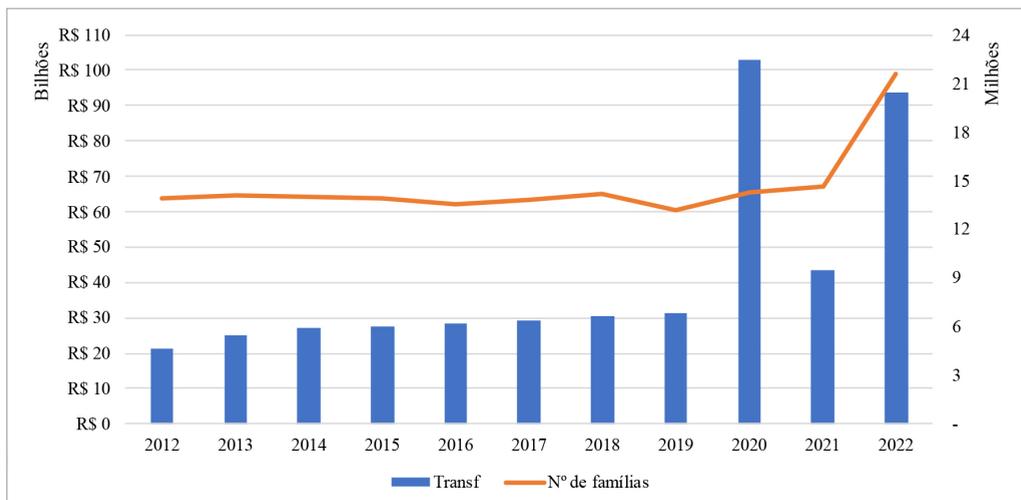
Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados do Ipea.

Essa análise evidencia a complexidade das dinâmicas socioeconômicas regionais no Brasil, revelando avanços em alguns estados no combate à desigualdade de renda, ao passo que em outros há um agravamento dessas disparidades.

A Figura 4 apresenta o valor total das transferências governamentais com o PBF, Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil, e o número de famílias beneficiárias em 2012 e 2022, revelando um panorama dinâmico das políticas de assistência social e seus impactos, especialmente diante da pandemia de Covid-19 e da implementação de novos programas sociais. Percebe-se uma tendência de crescimento nos valores totais das transferências do governo ao longo dos anos, com uma média de 27 bilhões entre os anos de 2012 e 2019. Em 2020, esse aumento foi especialmente acentuado, quando o valor registrou um crescimento expressivo de aproximadamente 70%, em razão do repasse do Auxílio Emergencial, que, somado aos valores do BF, atingiu o montante total de cerca de 103 bilhões.

Figura 4

Valor total das transferências do governo e número de famílias beneficiárias – Brasil – de 2012 a 2022



Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados do MDS.

Em 2021, com o encerramento do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 em dezembro de 2020, seguido pelo retorno deste em abril de 2021, com valor médio de R\$ 250,00, houve redução em cerca de 136% nos valores das transferências. No entanto, esses valores mantiveram-se substancialmente mais elevados em comparação ao período pré-pandemia, girando em torno de 43 bilhões. Ressalta-se que o valor do benefício médio aumentou cerca de 65% no período analisado. Paralelamente, o número de famílias beneficiárias elevou-se cerca de 50%, alcançando mais de 29 milhões de famílias, um incremento significativo em relação à média de 14 milhões de famílias anteriormente atendidas.

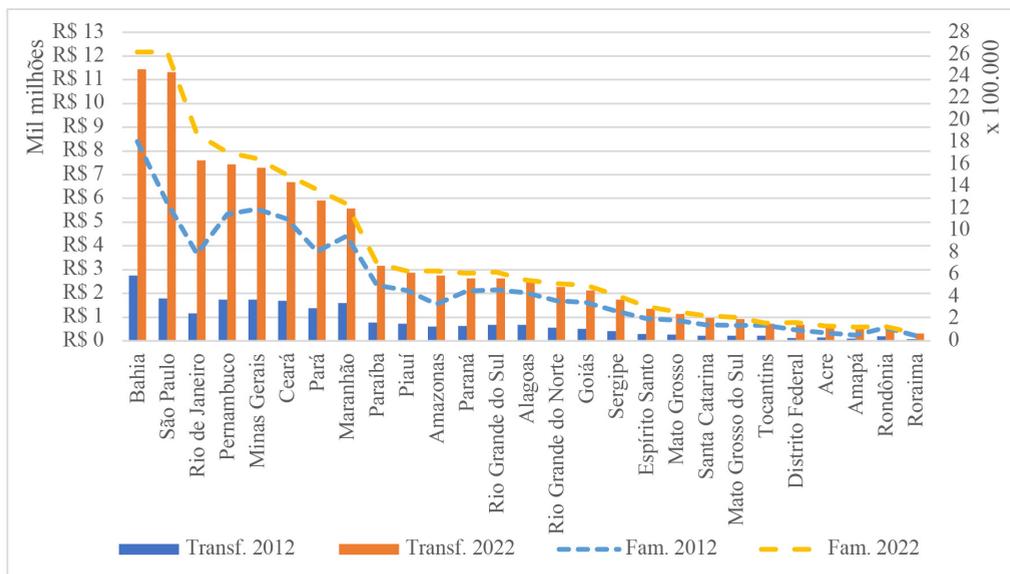
No final de 2021, com a substituição do BF pelo Auxílio Brasil, alterações nas regras de concessão do benefício resultaram em uma queda de 35% na quantidade de famílias beneficiárias em relação ao ano anterior, reduzindo para R\$ 21 bilhões. Contudo, houve um aumento de 53% nos repasses em comparação com os níveis de 2021, atingindo mais de 93 bilhões de reais.

Esses dados apontam para uma conjuntura em que o governo brasileiro adaptou suas políticas de assistência social diante das demandas impostas pela pandemia, evidenciando o impacto direto das mudanças nos programas de transferência de renda sobre o número de famílias atendidas e os valores destinados a esses fins. A transição do BF para o Auxílio Brasil, com suas modificações nos critérios de elegibilidade e valores, reflete a busca por ajustes nas políticas sociais visando a melhorias na distribuição de recursos e no suporte às famílias em vulnerabilidade.

A comparação dos valores totais das transferências do governo para as UF entre os anos de 2012 e 2022 revela um aumento generalizado tanto nos montantes repassados quanto no número de famílias beneficiárias (Figura 5).

Figura 5

Transferências do governo e número de famílias beneficiárias por UF – 2012 e 2022



Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados do MDS.

Destaca-se que, em ambos os anos, os estados que mais receberam repasses governamentais foram a Bahia e São Paulo, com valores substanciais de, respectivamente, R\$ 2,7 bilhões e R\$ 11,4 bilhões em 2012, e R\$ 1,7 bilhões e R\$ 11,3 bilhões em 2022. Notavelmente, em 2012, Minas Gerais ocupava a terceira posição em montante recebido, porém, em 2022, o Rio de Janeiro ascendeu a essa posição, evidenciando a dinâmica das políticas de distribuição de recursos. Constatou-se também que os estados que receberam os menores valores de transferências em ambos os anos analisados foram Roraima e Amapá. Tal contexto correlaciona-se diretamente com os menores números de famílias beneficiárias nesses locais.

Os estados que apresentaram as maiores variações positivas no valor das transferências, como Rio de Janeiro (84,7%), São Paulo (84,2%), Distrito Federal (82,7%) e Amapá (82,2%), também tiveram consideráveis aumentos no número de famílias beneficiárias. Esses dados corroboram a forte associação

entre o aumento de repasses governamentais e a expansão da abrangência dos programas sociais, representando um esforço para ampliar o apoio a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A análise dos dados das transferências governamentais e do número de famílias beneficiárias revela um cenário de ampliação dos investimentos em assistência social pelo governo brasileiro. Contudo, ressalta-se a persistência de disparidades regionais na distribuição dos recursos, sugerindo a necessidade contínua de políticas mais equitativas e direcionadas para garantir uma maior inclusão e bem-estar social em todo o país.

■ 3.2 Resultados econométricos

Em razão do substancial aumento nos montantes repassados nos anos de 2020, 2021 e 2022, conduziram-se duas análises de regressão distintas: uma para os anos de 2012 a 2019, e outra contemplando o período de 2020 a 2022.

A Tabela 2 apresenta os resultados das estimações do período de 2012 a 2019: modelos de dados empilhados, de efeitos fixos e de efeitos aleatórios. Foram feitos os testes de Chow e de Hausman, que, respectivamente, indicaram que o modelo mais adequado é o de efeitos fixos em relação ao de dados empilhados e ao de efeitos aleatórios. Calculou-se o fator de inflação da variância dos regressores, que detectou baixo grau de colinearidade⁶. Constataram-se problemas de heterocedasticidade e autocorrelação⁷, os quais foram corrigidos pela estimação da Regressão de Prais-Winsten, e, para reforçar, aplicou-se também o Método de Mínimos Quadrados Generalizados (MQG), que também corrige ambos os problemas simultaneamente.

O modelo ajustado (corrigido) pela regressão de Prais-Winsten apresenta um coeficiente de determinação de 99,13%, indicando que os regressores explicam a maior parte da variação na variável dependente. Além disso, os coeficientes apresentam os sinais esperados e são significantes a 1%.

Nota-se que o índice de Gini possui o maior impacto sobre a pobreza: o aumento de 1% nesse índice aumenta a pobreza em 2,52%; seguido pela renda domiciliar efetiva *per capita*, em que o aumento de 1% no Gini diminui a taxa de pobreza cerca de 1,31%; enquanto um aumento de 1% no valor

6 Em torno de 1,0.

7 Por meio dos testes modificados de Wald e de Wooldridge, respectivamente.

total das transferências diminui a taxa de pobreza em torno de apenas 0,05%, *ceteris paribus*.

Por fim, a estimativa pelo MQG, destacado pela eficiência em lidar com problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, mesmo em amostras pequenas ou grandes, mostrou resultados semelhantes aos demais modelos, corroborando os resultados encontrados.

Tabela 2

Resultados dos modelos de dados empilhados, efeitos fixos, aleatórios, Prais-Winsten e MQG – dados de 2012 a 2019

Variável	Dados empilhados	Efeitos fixos	Efeitos aleatórios	Prais-Winsten	MQG
Constante	16.02064* (0.1932258)	16.64475* (0.7517861)	16.33511* (0.4012891)	15.98503* (0.3767988)	16.02064* (0.1914283)
Gini	2.694715* (0.0651994)	1.803674* (0.1416321)	2.196563* (0.0993382)	2.521716* (0.1084743)	2.694715* (0.0645929)
Transf	-0.0533742* (0.0053181)	-0.1204789* (0.0243321)	-0.0643016* (0.0113331)	-0.0540332* (0.0097755)	-0.0533742* (0.0052686)
Rdpc	-1.305547* (0.017273)	-1.286059* (0.072588)	-1.362886* (0.0344255)	-1.315179* (0.03026)	-1.305547* (0.0171123)
R ²	0.9770			0.9913	
R ² ajustado	0.9767		Prob > chi2 =	Prob > chi2 =	Prob > chi2 =
Prob > F	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
R ² within		0.6582	0.6340		
R ² between		0.9414	0.9772		
R ² overall		0.9351	0.9697		

Nota. * Significante a 1%. Erro-padrão entre parênteses.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da PNADC.

A Tabela 3 apresenta os resultados para o período de 2020 a 2022. Do mesmo modo, os testes indicaram que o modelo de efeitos fixos é melhor. Em razão dos problemas de heterocedasticidade e autocorrelação, a correção foi feita pela regressão de Prais-Winsten e pelo MQG. Na correção Prais-Winsten, o R^2 estimado foi de 95,86%; todos os coeficientes apresentaram os sinais esperados e foram significativos a 1%, exceto o coeficiente da variável *ltransf* que apresentou significância ao nível de 5%.

Como na regressão anterior, os resultados indicam que o índice de Gini possui o maior impacto sobre a taxa de pobreza, seguido pela renda domiciliar *per capita* e, por último, pelas transferências governamentais. No entanto, ambos os coeficientes apresentaram um valor ligeiramente menor se comparados à regressão anterior. Um aumento de 1% no índice de Gini gera um impacto positivo em torno de 2,35% sobre a pobreza, enquanto para o período anterior foi de 2,52%, *ceteris paribus*. Similarmente, um aumento de 1% na renda domiciliar efetiva *per capita* diminui a taxa de pobreza em cerca de 1,25%, em comparação a 1,31% no período anterior. Já um aumento de 1% no valor total das transferências diminui a taxa de pobreza em torno de 0,02%, enquanto no período anterior foi encontrado um coeficiente de 0,05%. A estimativa por MQG revelou valores muito próximos para os coeficientes, corroborando os resultados encontrados.

As estimativas obtidas foram próximas das encontradas por Marinho et al. (2011), em que as transferências de renda do governo para os mais pobres não apresentaram impacto significativo sobre os índices de pobreza. Para esses autores, uma explicação para isso poderia ser a má gestão desses programas, em função de os recursos não estarem sendo destinados aos que de fato são considerados pobres, ou porque esses programas de transferência poderiam estar incentivando os indivíduos a não procurar outras fontes de renda.

Tabela 3

Resultados dos modelos de dados empilhados, efeitos fixos, aleatórios, Prais-Winsten e MQG – dados de 2020 a 2022

Variável	Dados empilhados	Efeitos fixos	Efeitos aleatórios	Prais-Winsten	MQG
Constante	14.68832* (0.3928142)	11.4574* (0.5189388)	13.51411* (0.4927497)	14.75091* (0.3312455)	14.68832* (0.3829923)
Gini	2.335183* (0.1578653)	0.3233555 (0.3254588)	2.043869* (0.2160752)	2.351536* (0.1976768)	2.335183* (0.153918)
Transf	-0.0192966*** (0.0111564)	-0.2023053* (0.0324775)	-0.0065858 (0.0154463)	-0.0211329** (0.0097217)	-0.0192966*** (0.0108775)
Rdpc	-1.248943* (0.0402266)	-0.4676134* (0.1009434)	-1.153205* (0.0585048)	-1.250732* (0.0396001)	-1.248943* (0.0392207)
R ²	0.9531			0.9586	
R ² ajustado	0.9512		Prob > chi2=	Prob > chi2 =	Prob > chi2 =
Prob > F	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
R ² within		0.8724	0.7794		
R ² between		0.2215	0.9750		
R ² overall		0.2667	0.9521		

Nota. * Significante a 1%, ** significante a 5%, *** significante a 10%. Erro padrão entre parênteses.

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados da PNADC.

O estudo de Santos et al. (2015) também concluiu que o PBF teve um impacto limitado na redução da pobreza. Segundo tais autores, um aumento de 1% nos repasses do programa resultaria em uma diminuição de apenas 0,21% na taxa de pobreza. Além disso, o estudo constatou que a eficácia no combate à pobreza era mais sensível ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à diminuição do desemprego do que ao PBF.

Portanto, quando se comparam as estimativas dos anos de 2012 a 2019 com as dos anos de 2020 a 2022, nota-se que o aumento do valor das transferências não gerou um aumento no impacto sobre a redução da pobreza. Isso contradiz a ideia de que a baixa quantidade dos benefícios seria responsável

pelo fraco efeito dessa política na taxa de pobreza. Dessa forma, os resultados sugerem que políticas focadas na diminuição da desigualdade e no aumento da renda têm uma contribuição mais efetiva para diminuir a pobreza do que políticas de transferência de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou o impacto do PPBF nos índices de pobreza no Brasil, delimitando-se ao período de 2012 a 2022. As políticas de transferência de renda têm desempenhado um papel crucial como instrumentos estatais visando mitigar a pobreza e combater disparidades sociais. O PBF é essencial por fornecer assistência financeira a famílias em situação de pobreza, buscando não apenas elevar suas receitas, mas também reduzir as desigualdades entre os estratos de renda mais elevada e mais baixa na sociedade, especialmente por meio das exigibilidades para participar do programa.

Constatou-se que os repasses dos programas de transferência de renda têm um impacto relativamente modesto na redução da pobreza, enquanto a diminuição da desigualdade e o crescimento econômico exercem uma influência mais substancial sobre a taxa de pobreza, sendo possível concluir que políticas focadas na diminuição da desigualdade e no aumento da renda têm uma contribuição mais efetiva para diminuir a pobreza do que políticas de transferência de renda.

Nesse sentido, observou-se que o índice de Gini possui o maior impacto sobre a taxa de pobreza, seguido pela renda domiciliar *per capita* e, por último, pelas transferências governamentais, tanto no período de 2012 a 2019 quanto entre 2020 e 2022. Mantendo tudo o mais constante, constatou-se que um aumento de 1% no índice de Gini gera um impacto positivo sobre a pobreza em torno de 2,52% no primeiro período analisado e 2,35% no segundo período; um aumento de 1% na renda domiciliar efetiva *per capita* diminui a taxa de pobreza em cerca de 1,31% no primeiro período, em comparação a 1,25% no segundo período; já um aumento de 1% no valor total das transferências diminui a taxa de pobreza em torno de 0,05% no primeiro período, enquanto no segundo período foi encontrado um coeficiente de 0,02%.

Assim, conclui-se que este estudo contribui para o entendimento das dinâmicas socioeconômicas no país e para o debate sobre políticas de combate à pobreza, oferecendo resultados que podem servir para orientar políticas, des-

tacando a necessidade de abordagens mais amplas que visem não apenas à concessão de assistência financeira imediata, mas também à necessidade de enfrentar o alto grau de desigualdade de renda que é um problema histórico do Brasil.

Diante de tais considerações, recomenda-se a continuidade da pesquisa a fim de explorar outras variáveis relevantes e realizar outras análises em níveis estaduais e municipais, proporcionando uma melhor compreensão das características regionais que influenciam a eficácia de programas de transferência de renda.

THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM: AN ANALYSIS OF THE IMPACTS ON THE POVERTY LEVEL (2012 TO 2022)

Abstract

Poverty is a persistent problem in Brazil, and, as the Bolsa Família Program (PBF) is one of the main income transfer policies that aims to alleviate poverty in the country, this study analyzes the impact of the PBF on poverty in Brazil in the period from 2012 to 2022 through the panel data model for the twenty-seven Federation Units. It was found that transfers from income transfer programs have a modest impact on poverty reduction, while the reduction of inequality and economic growth exert a more substantial influence on it, and it is possible to conclude that policies focused on reducing inequality and increasing income have a more effective contribution to reducing poverty than income transfer policies such as the PBF.

Keywords: Bolsa Família Program; economic growth; income inequality; income transfer policies; poverty.

Referências

- Barros, R. P. D., Carvalho, M. D., Franco, S., & Mendonça, R. S. P. D. (2007). Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. Ipea. [Texto para Discussão, nº 1.253]. <https://cede.uff.br/wp-content/uploads/sites/251/2021/04/TD-008-PAES-DE-BARROS-R.-et-al.-2008.-Determinantes-imediatos-da-queda-da-desigualdade-de-renda-brasileira.pdf>
- Barros, R. P., Henriques, R., & Mendonça, R. (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(42), 123-142. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/>
- Castelar, P. U. de C., Tabosa, F. J. S., & Irffi, G. D. (2013). Impacto do crescimento econômico e da desigualdade de renda na pobreza do Brasil. *6º Encontro Caen-Epge de Políticas Públicas e Crescimento Econômico*. Universidade Federal do Ceará. <https://caen.ufc.br/pt/artigos-selecionados-vi-encontro-caen-epge-de-politicas-publicas-e-crescimento-economico/>
- Chade, J. (2016). Políticas de igualdade racial fracassaram no Brasil, diz ONU. *Exame*. <https://exame.com/brasil/politicas-de-igualdade-racial-fracassaram-no-brasil-diz-onu/>
- Costa, S. (2019). Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In R. R. C. Pires (Org.), *Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas* (pp. 53-77). Ipea, 2019. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9323>
- Fagnani, E. (2018). Justiça fiscal é possível: Subsídios para o debate democrático sobre o novo desenho da tributação brasileira. In M. Morgan & T. Piketty (Coords.), *A reforma tributária necessária* (pp. 17-41). AnfiP, Fenafisco, Plataforma Política Social. <https://plataformapoliticasocial.com.br/a-reforma-tributaria-necessaria/>
- Georges, R., & Maia, K. (Orgs.) (2017). *A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras*. <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica* (5a ed.). Bookman.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2022*. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-2022-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populac-o-brasileira.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2023*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catálogo?view=detalhes&rid=2102052>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries históricas e estatísticas. Microdados 2012 a 2022. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Ipeadata. <http://www.ipeadata.gov.br/>

Kageyama, A., & Hoffmann, R. (2006). Pobreza no Brasil: Uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, 15(1), 79-112. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922/10492>

Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023 (2023). Institui o Programa Bolsa Família, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em substituição ao Programa Auxílio Brasil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114601.htm

Maghous, Y. B. (2022). *Evolução histórica da distribuição da renda: Um estudo exploratório da desigualdade em países selecionados (2000-2020)*. [Trabalho de conclusão de curso não publicado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://hdl.handle.net/10183/250716>

Marinho, E., Linhares, F., & Campelo, G. (2011). Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? *Revista Brasileira de Economia*, 65(3), 267-288. <https://www.scielo.br/j/rbe/a/zrzrGGrMjQGqTyJq3BNC9VVy/>

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024). Cadastro Único. <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Vis Data. <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>

Rebouças, M. V. P. (2019). *Tributação e desigualdade econômica: Elementos para uma teoria da tributação redistributiva para o Brasil contemporâneo*. [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal do Ceará. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40844>

Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?* (3a ed.). FGV.

Rocha, S. (2011). O Programa Bolsa Família: Evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e Sociedade*, 20(1), 113-139. <https://www.scielo.br/j/ecos/a/HHjfn6yK4Pgy6PYMfPNp5BK/#>

Santos, L. B., Miranda, R. B., & Moreira, T. B. S. (2015). A pobreza no Brasil e as estratégias de superação. *Revista de Economia e Agronegócio*, 10(3), 360-396. <https://doi.org/10.25070/rea.v10i3.208>

Silva, M. O. da S. (2005). Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: Superação ou regulação? *Revista de Políticas Públicas*, 9(1), 251-278. <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/165>.

Silva, M. O. da S. (2007). O Bolsa Família: Problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6), 1429-1439. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600006>

Souza, P. H. D., Osorio, R. G., Paiva, L. H., & Soares, S. (2019). Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros quinze anos. [Texto para Discussão, nº 2.499]. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9356/1/td_2499.pdf